

CARTA POLÍTICA 245

16 de abril de 2021.

“A CPI vai perseguir fatos, e os fatos levam às pessoas, mas seja quem forem as pessoas, responderão pelos fatos”.

(Senador Randolfe Rodrigues, REDE-AP)

A semana trouxe reverses para o governo, que está tendo que lidar com uma popularidade em queda, a elegibilidade de Lula e a CPI da Pandemia, em meio ao imbróglio ainda não resolvido do Orçamento.

O comando da CPI foi construído de forma desfavorável ao Planalto. Uma articulação de partidos independentes e de oposição definiu que Renan Calheiros, o poderoso senador do MDB de Alagoas, será o relator da comissão. Omar Aziz (PSD-AM), de perfil opositor, presidirá a Comissão, enquanto o autor do pedido de criação da CPI, o senador Randolfe, ficará na vice-presidência. Dos 11 membros da comissão, apenas 4 são considerados aliados do governo: Ciro Nogueira, Marcos Rogério, Eduardo Girão e Jorginho Mello.

Diz-se que foi Ulysses Guimarães quem sustentou a máxima de que nas CPIs, todos sabem como começa, mas ninguém sabe como termina. Foi por meio de uma CPI (a de PC Farias) que houve o pedido do impeachment de Collor. Algumas outras, das últimas décadas, acabaram se tornando algozes de seus protagonistas. Os trabalhos devem começar na próxima semana. A ver.

No mais, a questão do orçamento ainda não foi resolvida. **O desgaste de Guedes nos meios políticos é evidente.** Alguns líderes fizeram críticas duras e públicas ao ministro da Economia, dizendo que conduziu as negociações de forma muito ruim. O senador Ciro Nogueira (PP-PI), um dos papas do Centrão, arrematou: “Ninguém é insubstituível”.

Por fim, o STF decidiu, por 9 votos a 2, retirar os processos contra Lula de Curitiba. Ainda falta definir qual seria a vara competente para julgá-lo; mas a decisão, na prática, significa que o ex-presidente estará elegível em 2022. **As pesquisas atuais indicam que ele venceria, hoje, uma eventual disputa com Bolsonaro no 2º turno.**

